DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 2564/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/12043/2018
PROTOCOLO	: 1942364
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
TIPO DE PROCESSO	: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
RELATOR	: Cons. RONALDO CHADID

ATO DE PESSOAL. PENSÃO POR MORTE. BENEFICIÁRIO FILHO MAIOR INVÁLIDO. CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS. REGULAR. REGISTRO.

I – Da tramitação processual.

Trata-se do processo de Pensão por Morte, concedida pela Governo do Estado de Mato Grosso do Sul ao beneficiário **ADRIANO ESCOBAR DA CUNHA**, na condição de filho maior inválido do segurado falecido, Sr. **Aluízio da Cunha**, que ocupava o cargo de 3º Sargento da Polícia Militar.

1.1. – Da manifestação da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência.

Durante a instrução processual, após proceder ao exame dos documentos que integram o feito, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência às fls. 21-22 (ANÁLISE ANA-DFAPP-1732/2022) sugeriu o Registro da Pensão por Morte, após a verificação da regularidade da documentação.

1.2. – Do Parecer do Ministério Público de Contas.

Os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, que emitiu Parecer n. 2971/2022 (fls. 23) em que opinou favoravelmente ao registro do ato em apreço.

É o Relatório.

II – Do direito e do fundamento da Decisão.

Compulsando os autos e os documentos que instruem o feito, verifico que o benefício previdenciário foi concedido regularmente ao beneficiário e os proventos foram fixados de acordo com os preceitos constitucionais e legais.

Ante o exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, e determino o **REGISTRO** da Pensão por Morte ao beneficiário **ADRIANO ESCOBAR DA CUNHA**, em decorrência do óbito do segurado falecido Sr. *Aluízio da Cunha*, nos termos do art. 13, I, art. 31, II, "a", art. 44, I e art. 45, II, todos da Lei n. 3.150/2005, com redação dada pela Lei n. 4.963/2016, a contar de 24/04/2018, conforme Portaria "P" AGEPREV n. 1.561/2018, publicada no Diário Oficial n. 9.760, em 10/10/2018.

É a Decisão.

Remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para publicação e demais providências, consoante disposições do art. 70, da RNTC/MS n. 98/2018.

Campo Grande/MS, 30 de março de 2022.

(*Assinado digitalmente*)
Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

LRR